

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.302 - RJ (2018/0256335-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ  
**INTERES.** : CLINIPAM - CLINICA PARANAENSE DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA  
**ADVOGADOS** : IRINEU GALESKI JUNIOR - PR035306  
DYLAINE PAULINA DE OLIVEIRA CORADASSI - PR057137  
**INTERES.** : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. § 2º DO ART. 109 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONFLITO CONHECIDO PARA FIXAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro em desfavor do Juízo Federal da 3ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado do Paraná, nos autos de mandado de segurança impetrado pela CLINIPAM – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda contra ato da Gerente-Executiva de Integração e Ressarcimento ao SUS da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio da qual a parte impetrante objetiva a suspensão da exigibilidade de crédito cobrado pela ANS a título de ressarcimento ao SUS.

A Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitado (parecer de fls. 608-609).

É o breve relatório. Passo a decidir.

Na espécie, houve a impetração de mandado de segurança perante o Juízo Federal da 3ª Vara de Curitiba - Seção Judiciária do Paraná, que se deu por incompetente e declinou se sua competência para uma das Varas da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, ao entendimento de que a competência para processar e julgar a causa é fixada pela categoria da autoridade impetrada e pela sua sede funcional.

O Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por sua vez, suscitou o presente conflito negativo de competência, asseverando que, “consoante a mais recente orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a previsão contida no art. 109, §2º, da Constituição Federal, aplica-se também às ações de mandado de segurança, sendo possível, portanto, a impetração na Seção Judiciária do domicílio da parte autora, ainda que a sede da autoridade impetrada seja em outra Seção Judiciária”.

Assiste razão ao juízo suscitante. Isso porque o § 2º do art. 109 da Constituição Federal assenta que “[a]s causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que

deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal". Logo, é forçoso concluir que compete ao autor decidir se vai, ou não, ajuizar a ação no seu domicílio. A escolha é sua. Portanto, é defeso ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional. Assim, é legítima a opção da parte autora de que o feito ajuizado seja processado no foro de seu domicílio.

Vale destacar que o texto constitucional não faz distinção entre o tipo de ação para a aplicação dessa regra. Nesse sentido, não há se falar em necessidade de correlação entre a opção do autor e a natureza da ação proposta.

Esse é o entendimento assente no âmbito da Primeira Seção, que pode ser extraído do seguinte julgado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO. ARTIGO 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE. PRECEDENTES.

1. No caso, a decisão ora agravada amparou-se em precedentes desta Corte Superior de Justiça, elemento que autoriza o Relator a dar ou a negar provimento ao recurso, por decisão singular, haja vista a existência de jurisprudência dominante acerca do tema, nos termos da Súmula n. 568/STJ (Corte Especial, DJe 17/3/2016). Nesse sentido: AgInt no CC 152.027/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 03/10/2017.

2. "Tratando-se de mandado de segurança impetrado contra autoridade pública federal, o que abrange a União e respectivas autarquias, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência para adequar-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, admitindo que seja aplicada a regra contida no art. 109, § 2º, da CF, a fim de permitir o ajuizamento da demanda no domicílio do autor, tendo em vista o objetivo de facilitar o acesso à Justiça" (AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/04/2018).

3. Nessa mesma linha: AgInt no CC 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/02/2018, e AgInt no CC 148.082/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/12/2017.

4. Agravo interno não provido (AgInt no CC 158.943/SP, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 17/12/2018) (grifamos).

Ainda nesse mesmo sentido, confira-se a seguinte decisão monocrática: CC 163.598/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 07/02/2019

Isso posto, **conheço** do conflito para **declarar a competência do Juízo Federal da 3ª Vara de Curitiba - Seção Judiciária do Paraná (suscitado)**, forte no art. 955, parágrafo único, do CPC/2015 combinado com o art. 34, XXII, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator